



Prezado (a) conselheiro (a),

Estamos encaminhando um clipping de notícias do CNS na mídia, além daquelas com assuntos que o Conselho vem debatendo. A intenção é socializar com os Conselheiros Nacionais a repercussão nos principais jornais.

*Brasília, 24 de agosto de 2010
Correio Braziliense/BR
Temas de Interesse | Saúde Pública*

GDF fará gestão das UPAs

CIDADE

Um ano depois de terceirizar os serviços das unidades de pronto atendimento, o governo volta atrás e garante que o contrato com a Cruz Vermelha será rompido. A organização já recebeu R\$ 1,6 milhão

Helena Mader

Quase um ano depois de terceirizar a gestão das unidades de pronto atendimento (UPAs), o Governo do Distrito Federal suspendeu o contrato com a Cruz Vermelha Brasileira e decidiu que vai colocar as UPAs em funcionamento com recursos e funcionários próprios. Os prédios que vão abrigar as quatro primeiras unidades já estão prontos e a população cobra rapidez no início dos atendimentos. O governo já havia repassado R\$ 1,6 milhão à organização social que venceu a licitação, mas auditorias realizadas pela Secretaria de Saúde detectaram supostas irregularidades no contrato, que acabou cancelado. A Cruz Vermelha Brasileira de Petrópolis (RJ), que ganhou a concorrência pública para gerir as duas primeiras UPAs, estuda recorrer à Justiça para retomar a parceria com o governo local.

Pelo cronograma inicial da Secretaria de Saúde, as unidades de Recanto das Emas e de São Sebastião deveriam ter aberto as portas aos pacientes em dezembro do ano passado. Mas o contrato com a Cruz Vermelha seguiu para análise no Tribunal de Contas do DF e a execução também foi prejudicada pela crise política que atingiu a cidade em novembro, com a Operação Caixa de Pandora. Quando assumiu a pasta, Fabíola Nunes de Aguiar abriu auditoria para reavaliar o contrato e, agora, decidiu suspender a parceria com a organização. Mas o governo ainda não sabe como vai conseguir destacar mais de 200 servidores para cada uma das UPAs, já que há empecilhos à contratação de pessoal em ano eleitoral.

Enquanto dura o impasse sobre a gestão, as estruturas que estão prontas sofrem com atos de vandalismo e com o desgaste do tempo. No Recanto das Emas, a construção do prédio foi concluída há mais de cinco meses e a comunidade se indigna ao ver as instalações vazias, sem médicos ou equipamentos. A UPA da cidade, que fica na entrequadra 400/600, está com as paredes pichadas e os vidros quebrados. No último dia 17, um homem de 38 anos morreu no posto de saúde do Recanto das Emas à espera de atendimento, o que só aumenta a revolta da população diante do abandono da unidade de pronto atendimento.

O diretor de Urgência e Emergência da Secretaria de Saúde, Airton de Castro Barroso, diz que o objetivo do governo é gerir as UPAs em parceria com o Corpo de Bombeiros. A Secretaria vai assumir a contratação de pessoal, a compra de insumos e a organização da rede para colocar pelo menos quatro UPAs em funcionamento até o fim deste ano, afirma Airton. A primeira a abrir as portas deve ser a de Samambaia, o que vai acontecer até o fim de setembro, acrescenta o diretor.

Para cada unidade, é necessário pelo menos 205 funcionários, entre médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e auxiliares administrativos. A Secretaria de Saúde ainda não sabe como vai deslocar essa quantidade de servidores para cada unidade de pronto atendimento. A expectativa é que a inauguração das UPAs esvazie a emergência dos hospitais.

Com as unidades em funcionamento, será possível fazer efetivamente a classificação de risco no pronto-socorro dos hospitais. Isso certamente terá um impacto positivo no atendimento, afirma Airton.

Auditoria

O contrato entre a Secretaria de Saúde e a Cruz Vermelha Brasileira foi analisado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal por conta de denúncias do Ministério Público do TCDF. Em representação apresentada aos conselheiros, a procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira questionou a legalidade do contrato e pediu a sua suspensão. Não se prova por qual motivo se socorre da terceirização, sem tentar investir na própria capacidade instalada. Prefere-se o trespasse de recursos para instituições privadas, à custa da frouxidão dos controles, em vez do investimento sólido em ações e serviços públicos de saúde, justificou a procuradora em sua representação.

Ela também questionou o projeto básico apresentado pela Cruz Vermelha. Basta ler o projeto das UPAs. De tão vago, não obedece aos conceitos legais de projeto básico, por isso, não serve para orientar um procedimento de contratação legítimo. Não há (no contrato), objetivamente, parâmetros e critérios de aferição e pagamento desses serviços, finaliza Cláudia Fernanda. O Tribunal de Contas não acatou o pedido para suspensão do contrato, os conselheiros pediram apenas informações complementares à Secretaria de Saúde. Mas depois de analisar uma auditoria interna, a própria secretária Fabíola Aguar decidiu suspender a parceria.

O advogado da Cruz Vermelha, Ricardo Binato, diz que a entidade não recebeu informações detalhadas sobre os motivos da suspensão e afirma que a organização pode recorrer à Justiça para tentar manter o acordo. O processo passou pelo Tribunal de Contas, que, em nenhum momento, recomendou a suspensão do contrato. Apresentamos as informações solicitadas, mostrando que o

contrato era perfeitamente regular, mas, ainda assim, fomos surpreendidos com o cancelamento. Provavelmente vamos recorrer à Justiça porque não tivemos direito à ampla defesa, afirma o advogado.

*Brasília, 24 de agosto de 2010
O Estado de S. Paulo/BR
Ministério da Saúde | Institucional*

Governo faz compra de remédio sem registro

PLANETA

Lígia Formenti / BRASÍLIA

O Ministério da Saúde gastou R\$ 52,47 milhões na compra de um medicamento sem registro nos Estados Unidos e na Europa para tratar pacientes com doença de Gaucher, um problema genético raro que, se não tratado, pode levar à morte.

A transação, concluída na semana passada, foi justificada pelo governo federal como a única maneira de driblar os problemas de abastecimento enfrentados com a droga usada tradicionalmente, fabricada pela farmacêutica Genzyme.

Foram adquiridos 54,4 mil frascos do remédio, chamado de taliglucerase alfa, produzido pela Pfizer e em processo de registro nos EUA. Para que a compra pudesse ser feita, a pasta solicitou uma licença de importação emergencial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A liberação foi feita depois da análise de documentos da chamada fase clínica 3, quando são realizados testes de medicamentos em pacientes. A pesquisa apresentada para avaliação da Anvisa acompanhou um grupo de 31 pessoas com o problema.

Falha metabólica. A doença de Gaucher é provocada por uma falha no metabolismo de gorduras. Pacientes com essa disfunção não conseguem processar corretamente as gorduras, que vão se acumulando nas células. Quando não é tratada, a doença provoca anemia, sangramento, manchas roxas e problemas no fígado e no baço. "Ela atinge crianças, adultos, gestantes", afirma a médica Ana Maria Martins. No Brasil, 610 pacientes recebem o medicamento.

"A compra somente foi realizada depois de a Genzyme informar que não teria condições de atender a demanda do País", afirmou o diretor de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, José Miguel do Nascimento Júnior. Os estoques existentes atualmente são suficientes para atender a demanda até a primeira quinzena de setembro.

Expediente

Carta Eletrônica do CNS

Publicação do Conselho Nacional de Saúde - Ano VI – 24 de agosto de 2010.

Secretaria Executiva do CNS

Coordenação de Comunicação e Informação em Saúde